



Opinião Econômica

Samuel Pessoa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance. É doutor em economia pela USP

banrisul

Uma viagem ao Japão

No país, todos, o tempo todo, são a melhor versão de si mesmos

Acabo de chegar de três semanas e meia de viagem: 5 dias em Istambul e 19 dias no Japão. Minha mulher organizou diligentemente, ao longo de meses, um roteiro especial. A assistência do escritório nacional de turismo do Japão, JNTO, foi fundamental. Fica aqui nosso agradecimento.

Chegamos ao Japão em Tóquio e terminamos em Kyoto. Entrementes, três cidades pequenas e lindíssimas para trilhas na rota Nakasendo: restos preservados da estrada que ligava Edo (antiga Tóquio) a Kyoto, a capital do período medieval, o período Edo. O roteiro passava por uma cidade média, a lindíssima Takayama, com 80 mil habitantes, e uma cidade litorânea maior, Kanasawa,

com 470 mil habitantes.

Evidentemente, o que descrevo abaixo é a experiência superficial de turista.

O país é lindíssimo. Tudo funciona perfeitamente. Com exceção do trecho entre Takayama e Kanasawa, que fizemos de ônibus, todos os outros trajetos foram feitos de trem. Os trechos mais longos de trem-bala, que trafega 250 km/h, e os trechos mais curtos por trem convencional.

Dois aspectos chamam a atenção na paisagem: a maior parte do país tem matas preservadas. E, onde não há mata ou habitações, há um campo de arroz.

O povo japonês é extrema-

mente educado, e nós, brasileiros, temos de passar por um processo civilizatório. Nada que não se aprenda rapidamente. No metrô se fala em voz bem baixa; em elevador não se fala. Não se alimenta andando pela rua. Ao comprar algo para uma refeição rápida em trânsito, escolhe-se um local discreto e consome-se ali parado. O ideal é que o local discreto seja próximo de quem lhe vendeu o produto. O lixo é um problema individual, privado. Nas ruas das cidades, não há lixeiras. É obrigação de quem vende produtos para consumo na rua oferecer local para o descarte.

Usa-se muito o dinheiro. Todos têm troco e é necessário ter

um moedário. Elas se acumulam. Não há dificuldade. Apesar de haver muitos fumantes, é proibido fumar em locais públicos, inclusive nas ruas. Fumante tem vida bem difícil no Japão.

Os táxis são um capítulo à parte. Nas pequenas cidades, há motoristas geralmente acima dos 70 anos. Frequentemente dirige um velho Toyota. Impecavelmente vestidos, luvas brancas, com o carro como se fosse novo. Não sei como o fabricante faz para ter as peças de reposição de modelos tão antigos.

Para quem assistiu ao belíssimo filme de Wim Wenders "Dias Perfeitos", que mostra o cotidiano de um funcionário da empresa responsável pela limpeza dos banheiros públicos no Japão, nossa experiência confirmou a excelência de cada serviço. Em particular, há muitos banheiros públicos: gratuitos

e excelentes.

É uma sociedade, como no filme, em que cada habitante, desde que acorda até o momento em que se deita, executa qualquer tarefa, não importa qual seja, com excelência. Todos, o tempo todo, são a melhor versão de si mesmos.

Como um pesquisador que passou a vida pensando no desenvolvimento econômico, experimento a enorme idiotice de achar que desenvolvimento econômico é juro e câmbio. Sente-se na pele que desenvolvimento econômico é um tema microeconômico e que parcela grande dele está embutida nas pessoas.

Sinto uma mistura de tristeza e alívio. Vivencio que não há saída fácil. Alívio, pois, o que somos tem mais elementos de escolha nossa do que sentia. Racionalmente já sabia. E escolhas, com o amadurecimento, podem mudar.



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*

Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:



banrisul
empresas

Propostas de reforma da Previdência defendem aumento da idade mínima

/ CONJUNTURA

Uma nova reforma da Previdência pode incluir o aumento da idade mínima na aposentadoria até chegar aos 67 anos, mudanças na alíquota de contribuição do MEI (Microempreendedor Individual) - diferentemente do que o governo está propondo - e pagamento de adicional para a mulher com filhos.

É o que defendem estudos feitos por especialistas de institutos como o CDPP (Centro de Debate de Políticas Públicas) e o IMDS (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social), que propõem ainda alteração na regra de reajuste do salário-mínimo, com alta acima da inflação hoje, e o fim das aposentadorias especiais (incluindo a de militares) e de regras diferenciadas entre categorias.

As mudanças ocorreriam de duas formas. A principal delas seria nas normas. A outra é no sistema, que deveria passar do atual modelo de repartição para a criação de uma camada de capitalização. Além disso, haveria

a necessidade de acabar com as desonerações e se criar formas de combate a fraudes e sonegação, em especial no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

As alterações só seriam possíveis caso Congresso e governo aceitassem os estudos e colocassem uma nova reforma da Previdência em votação. A última foi aprovada há menos de dez anos, em 2019. As centrais sindicais também debatem o envelhecimento da população, mas sem projeto de reforma. O tema, no entanto, é considerado impopular em ano eleitoral.

“Os candidatos não têm nenhuma proposta concreta. Se eu fosse eles, também não falaria. O ciclo eleitoral é isso mesmo”, afirma o economista Paulo Tafner, presidente do IMDS.

“A reforma em 2027 é desejável. Em 2031 será inevitável, porque não dá para esticar isso”, diz Fábio Giambiagi, pesquisador da FGV (Fundação Getúlio Vargas), que fez parte dos dois grupos de estudo.

O envelhecimento acelerado

da população é o principal fator por trás dos estudos, somado às mudanças no mercado de trabalho, com pejetização e uberização. Nas últimas décadas, a taxa de fecundidade caiu para menos de dois filhos por mulher, enquanto a expectativa de vida aumentou mais de 20 anos.

Em três décadas, estima-se que serão acrescentados 32,5 milhões de novos beneficiários apenas ao INSS. Hoje, o instituto paga cerca de 42 milhões de benefícios, número que não inclui servidores públicos de regimes próprios, nem Legislativo, Judiciário e Forças Armadas. Estima-se ainda que a necessidade de financiamento do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), ou seja, o déficit, suba de 2,49% do PIB em 2026 - mais de R\$ 330 bilhões - para 10,41%, em 2100. Hoje, os benefícios do INSS representam 8,26% do PIB. Em 2100, o índice deve superar os 16%.

Pelas propostas, a idade mínima da aposentadoria subiria de forma progressiva. “O mundo inteiro está aumentando a idade



PATRÍCIA COMUNELLO/ESPECIAL/JC

Envelhecimento da população é o principal fator por trás dos estudos

mínima, e o Brasil terá de fazer o mesmo”, diz o consultor da Câmara dos Deputados Leonardo Rolim, que também participou dos dois estudos. As exigências aumentariam entre três e seis meses toda vez que a tábua de mortalidade do IBGE (acrescentar mais um ano na expectativa de vida).

O brasileiro se aposenta hoje com 61 anos, em média, segundo dados da Previdência. Desde 2019, a idade mínima para se aposentar

é de 65 anos, para homens, e 62, para mulheres, para quem entra no mercado de trabalho. Quem já estava contribuindo tem regras mais vantajosas na transição.

Em 2030, haverá mais pessoas acima de 60 anos do que crianças e jovens até 14 anos, e, em 2050, a curva da Previdência começa a mudar, com pouco mais um brasileiro ativo para cada beneficiário do INSS. Hoje, são dois para um.